Revista @ntropologia da UFSCAR
R@U, 14 (2), jul./dez. 2022: 8-18.

Apresentação do dossiê
Quais Mundos em Ruínas? O Antropoceno em questão

Karine Lopes Narahara

Professora do Departamento de Antropologia/University of North Texas
https://orcid.org/0000-0001-8457-0649
karine.narahara@unt.edu

Thiago Mota Cardoso

Professor do Departamento de Antropologia/Universidade Federal do Amazonas
https://orcid.org/0000-0002-5958-3883
thiagocardoso@ufam.edu.br

A ideia de que vivemos no Antropoceno – termo formulado pelo químico Paul Crutzen e pelo biólogo Eugene Stoermer (Crutzen; Stoermer 2000) para se referir ao que seria uma nova era geológica na qual a agência dos seres humanos ou da "humanidade" tem gerado transformações significativas na Terra – tem inspirado diversas reflexões e escritas antropológicas nos últimos anos (Marras; Taddei 2022; Danowski et al. 2022; Haraway et al. 2016).

Segundo Steffen e colaboradores (2011), o neologismo Antropoceno foi criado como forma de capturar as mudanças biogeoquímicas, climáticas e dos ciclos ecológicos, bem como das grandes extinções da biodiversidade, frutos das relações entre a humanidade e o ambiente. Segundo estes mesmos autores o termo sugere que a Terra está se movendo para fora de sua época geológica corrente, o Holoceno, e que as atividades humanas são as grandes responsáveis por esta mudança de era: ou seja, que os humanos se tornaram uma força geológica global. Neste sentido, tal assertiva gerou a propositura do Grupo de Trabalho sobre o Antropoceno, pela Subcomissão de Estratigrafia do Quaternário, da União Internacional de Ciências Geológicas, na busca de formalizar o Antropoceno como unidade formal cronoestratigráfica, como nova era geológica, consolidando a visão das ciências naturais sobre a história da Terra.

O reconhecimento dos entrelaçamentos entre histórias humanas e histórias da Terra (Chakrabarty 2009) e a consequente produção de uma narrativa universal dos estudos ambientais, onde os humanos – em geral – estariam em face de um momento crítico e de uma janela de oportunidades diante da crise ecológica global, mobilizou esforços das ciências sociais e das humanidades em inserir suas perspectivas e *insights* na linha de frente do debate em torno do Antropoceno (Palsson et al. 2013). Assim, para antropólogos e antropólogas interessados/as em temas que são atravessados pela "questão ambiental" e pela "crise climática" é quase que uma parada obrigatória, nos tempos atuais, visitar o conceito. Definitivamente, o Antropoceno se transformou em um tema quente para a disciplina, uma "dádiva maravilhosa" e ao mesmo tempo "um veneno", como diria Bruno Latour (2014). Para Latour, apesar das ciladas do conceito, ele oferece uma via para se evitar os perigos da "naturalização" e ao mesmo tempo pode garantir que o domínio do "social" seja reconfigurado, rompendo tanto com determinismos ambientais como com os construtivismos sociais da natureza, contribuindo assim com a recusa do já tão surrado dualismo modernista entre natureza e sociedade.

São muitos os eventos realizados em torno do Antropoceno envolvendo antropólogos e antropólogas (Swanson et al. 2015), assim como uma série de livros, coletâneas a artigos foram redigidos tendo o Antropoceno como problema pelos vários campos da antropologia contemporânea (Haraway 2016; Haraway et al. 2016; Latour et al. 2018; Latour 2020; Povinelli 2016; Tsing 2015; Tsing et al. 2017; Tsing 2019), muitos destes elaborados com reflexões oriundas da antropologia feita no Brasil (Danowski; Viveiros de Castro 2014; Danowski et al. 2022; Marras; Taddei 2022; Almeida 2021; Cardoso et al. 2021). A antropologia se recoloca assim de maneira incontornável no debate ambiental global.

Tais abordagens e autores já vem desenvolvendo ponderações e críticas ao universalismo presente na ideia de Antropoceno e seus efeitos na ecologia política em diversos lugares e territórios. Uma destas críticas recai sobre a generalização de uma ideia universal de antropos, foco deste dossiê, enquanto outra tensiona a unicidade da Terra, pensada como algo coeso, como globo. Entretanto, novas formulações provocativas e críticas são necessárias para refletirmos antropologicamente sobre o conceito, quer seja para ressignificá-lo ou mesmo abandoná-lo. O presente dossiê se inspira nas provocações lançadas nesta seara crítica sobre as generalizações contidas na ideia de Antropoceno. Como destacam Hoelle e Kawa (2021) e Haraway e colaboradores (2016), quando falamos de Antropoceno está em jogo o que significa essa "era geológica humana". Ao que se refere exatamente o -antropos do Antropoceno? De que "humanos" estamos falando? Quem

exatamente se transformou em uma força geológica, produzindo ruínas em seus projetos de ocupação da Terra?

Glowczewski e Laurens (2015) entendem que o termo Antropoceno advém de uma dupla arrogância: que vê o humano como "mestre e opressor da natureza" (:38) e que ignora "todas as existências que até agora não participaram, ou pouco, da extenuação do clima" (:38), sejam de humanos ou de outros seres. Para Davis e colaboradores (2019), "a centralidade de uma humanidade indiferenciada em boa parte das pesquisas sobre Antropoceno serve para reproduzir reinvindicações supremacistas brancas de um conhecimento universal" (:4), enquanto para Tsing, numa chave feminista, o Antropoceno pode ser entendido como a reivindicação do *Man* (Homem) iluminista em sua voracidade ao perseguir a terra (Tsing 2016).

Os dados que mapeiam o cenário do que se convencionou chamar de "crise ecológica" – a qual tem se mostrado cada vez menos uma crise, enquanto algo que irrompe, e cada vez mais uma permanência (Narahara 2020) – são contundentes quanto ao quem é quem no Antropoceno. Um recente relatório publicado pela Oxfam (2020) em parceria com o Instituto do Meio Ambiente de Estocolmo explícita as facetas da sua dimensão de classe: os 10% mais ricos da população humana produziram 52% das emissões atmosféricas acumuladas de carbono, consumindo assim quase ⅓ do total do orçamento de carbono[1], enquanto os 50% mais pobres produziram apenas 7% das emissões acumuladas, constituindo o que eles denominam a "era da desigualdade extrema das emissões de carbono" (Oxfam 2020:3). Esta desigualdade extrema tem levado a um crescente debate, desde movimentos do Sul Global, sobre "(in)justiça climática" e a necessidade de construirmos "reparações climáticas", temas que tomaram o centro da última Conferência das Partes (COP 27), no Egito[2].

Pensar esta desigualdade e injustiças nas relações com o ambiente fez com que autores propusessem pensar o Antropoceno a partir da responsabilização da circulação de capital, cunhando o termo Capitaloceno para dar conta desta era onde o capitalismo passa a configurar paisagens no mundo (Moore 2019). Para Malcom Ferdinand (2022) o termo Capitaloceno tem o potencial de reconectar os desenvolvimentos do capitalismo industrial e as suas transformações materiais na Terra, abrindo potencialidades de uma crítica ao capitalismo como um todo. Entretanto, para o autor o termo Plantationoceno, cunhado por Anna Tsing, melhor traduz o desenvolvimento de um habitar colonial da Terra, ao revelar suas dimensões fundamentais no nível material, econômico e cosmopolítico.

1 Limite máximo de emissões de carbono que podem se acumular na atmosfera para que o aumento da temperatura global esteja abaixo do estabelecido no Acordo de Paris.

2 Cf. The New York Times (2022).

Seria nos sistemas das *plantations*, para Ferdinand, que emergem todo arranjo técnico-político-discursivo de produção do "outro não-humano" – o Negro e o Indígena, bem como animais, plantas e outros seres – como objetos passíveis de exploração e de recusa de um mundo. O Negroceno é o termo que o autor nos brinda para tratar de um tempo no qual a racialização dos "outros", no capitalismo, no colonialismo e outras formas imperiais, funda um modo de relação ancorado na violência, na separação, na privação, no deslocamento da terra e na supressão da possibilidade de viver.

Essas discussões ilustram uma das dimensões interseccionais do debate climático, a qual coletivo Wretched of The Earth (Condenados da Terra, numa explícita alusão ao livro de Franz Fanon) definiu como um processo de "escurecimento do coração Branco do movimento climático" (New Internationalist 2015): aquela racializada. Tanto os dados que pululam sobre injustiças climáticas e ambientais no geral, quanto os processos e movimentações, como aqueles vistos durante conferências multilaterais sobre o clima, expressam o que Mirzoeff (2017: s/p) afirmou de maneira taxativa: "não se trata do Antropoceno, mas sim da cena da supremacia branca". Os movimentos e grupos pautados em uma perspectiva racializada da crise ambiental mostram como "o antirracismo desafia supostos aliados dentro do movimento climático, assim como os habituais suspeitos capitalistas" (Mirzoeff 2017: s/p). Neste contexto, Karera (2019) vai chamar atenção para o que seria uma impossibilidade do debate em torno do Antropoceno: o de lidar com o que ela define como "injustiças imperiais". A autora entende que o discurso apocalíptico apaga aspectos racializados de conflitos e sofrimentos – até mesmo porque, como destaca Whyte (2018), para tantos agrupamentos indígenas a distopia não se localiza no futuro: ela é encarada no presente. Nas palavras de Vergès (2017: s/p): "a narrativa apocalíptica é uma estratégia ideológica que culpabiliza forças descontroladas em vez de estruturas de poder".

Assim, ideias como "pós-humano" e "relacionalidade", que comumente gravitam ao redor do conceito de Antropoceno, "não estão equipados para dar conta, sozinhos, da contínua e brutal vitimização de pessoas negras" (Karera 2019: 47) – o que pode ser estendido também para pessoas ameríndias (Todd 2015), como tratam alguns artigos publicados no presente volume. Ao falar sobre um "Capitaloceno racial", Vergès (2017) nos convoca a escrever a história ambiental mundial levando em conta os atravessamentos raciais do sistema capitalista, já que o "ambiente foi conformado pela escravidão e o colonialismo" (s/p). Importante frisar, como faz Bikrum Gill (2021), que o Antropoceno ou o Capitaloceno, como quadros de uma nova época geológica, continuam a proliferar a versão de que a prioridade histórica da agência geológica seria euro-ocidental, e o

corolário da que povos não europeus e outras espécies seriam carentes de tal capacidade até serem mobilizados por forças euro-ocidentais.

O dossiê traz contribuições que, em conjunto buscam, provincializar criticamente o termo Antropoceno, trazendo à tona, experimentações etnográficas e reflexões antropologicamente orientadas sobre distintas dimensões do que se convencionou chamar de questão ambiental. Na presente proposta, estamos menos preocupados com o debate dicotômico sobre a adesão, justificada, por exemplo, pela capacidade do conceito gerar um campo convergente de pensamento e alianças, ou o abandono do termo por outros como Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno etc. Nosso interesse central é criar um espaço para adentrar no jogo, mapeando questões relacionadas às limitações do termo, em especial no que diz respeito à aparente universalização das ideias de Humanidade e de Natureza gerada pelo mesmo. Também emergem aqui epistemologias e cosmopercepções sobre humanos, não humanos e extra-humanos que permitam evidenciar o quão é parcial e provincializada a ideia modernista de Antropoceno no que simplificadamente podemos chamar de Ocidente.

Abrindo o Dossiê, o artigo "Antropoceno a partir da Améfrica Ladina: confluências contracoloniais versus transfluências monoculturais", de Ricardo Avalone Dantas e Rutiele Pereira Saraiva, tem como ponto de partida o conceito de Améfrica Ladina, criado por Lélia Gonzalez. Os autores trazem uma perspectiva racializada para o debate sobre o Antropoceno, pensando o conceito a partir dos coletivos afroindígenas/afropindorâmicos explorados, expropriados, dominados e marginalizados. Os autores, de maneira astuta, propõem que antropomorfizemos o generalizante *anthropos* do Antropoceno: "A crise ecológica não é global" – afirmam de maneira taxativa Avalone e Saraiva, já que ela não se manifesta ou afeta de forma homogênea diferentes territórios e coletivos. Navegando pela ideia do mestre quilombola Nego Bispo (2019) de que os povos da Améfrica Ladina vêm, ao longo dos séculos, tecendo frente contracoloniais, regidas pela biointeração e atravessadas pela confluência, os autores encerram o artigo com uma interessante colocação: o Antropoceno deve ser entendido não como sinônimo de crise global, mas como apontando para a ruína de um certo tipo de habitar o mundo. Um habitar ao qual os povos ladinos amefricanos vêm se contrapondo, afim de "evitar que esse mundo em ruínas continue sendo a ruína de tantos outros mundos".

Ana Manoela Soares, no artigo "Terra, Território e ecocídio nas vozes das indígenas mulheres", escreve sobre a "luta pela emergência climática" do ponto de vista das "indígenas mulheres". A autora está interessada em processos ligados aos cuidados que suas parentas mantêm com a Terra, baseada numa concepção de corpo-território segundo

a qual Terra e corpo humano conformam uma unidade. Este cuidado é atravessado, por exemplo, pelo diálogo com os seres não-humanos que habitam a Terra. Soares considera a ideia de Antropoceno na sua relação com o conceito de ecocídio, entendido enquanto genocídio indígena, pela perspectiva de vínculo. Entendemos que o texto de Soares traz um importante problema ao cerne do conceito de Antropoceno: se a Terra e o corpo nunca foram algo apartado, como as indígenas mulheres colocam, como podemos pensar a emergência climática como consequência de uma intrusão humana? Como os humanos são autores de uma nova era geológica que aflige a Terra, se eles são parte dela?

No artigo "*Waradzu höimana ware* õdi, a vida dos brancos é muito complicada: relatos a'uwẽ uptabi sobre as mudanças do *Ró",* Oscar Wa'rãiwẽ Urebete, Eduardo Monteiro e Maíra Ribeiro trazem o olhar do povo A'uwẽ Uptabi (Xavante) sobre como o modo de vida dos *Waradzu* (não-indígena invasores; Brancos) produz o que se entende como Antropoceno, incluindo suas projeções quanto ao futuro. Com este texto os autores pretendem contribuir com a circulação das palavras dos A'uwẽ, numa possibilidade de diálogo com os *Waradzu* acerca do porvir. São apresentados diversos elementos que constituem as radicais mudanças vivenciadas em seu território pelas invasões e presença *Waradzu*, as quais afetam os ciclos de vida do *ró* (mundo vivido), atravessando a profunda interdependência entre este e os A'uwẽ Uptabi. De forma paralela, apresenta-se como os A'uwẽ entendem o "complicado, inadequado" modo de viver, o agir-pensar dos *Waradzu*, para então explorar como este gera as mudanças sobre o mundo vivido. A observação minuciosa do modo de vida dos *Waradzu* transforma-se em uma "necessidade crucial para a ação cosmopolítica a'uwẽ", em prol tanto da permanência de vidas humanas quanto mais-que-humanas.

A contribuição de Ana Carolina Estrela da Costa e Barbara Viggiano da Silva para este Dossiê, por meio do artigo "Mundos em ruínas, humanidades múltiplas, olhares Tikmũ'ũn/Maxakali para mundos possíveis", parte de uma reflexão sobre as maneiras como os Tikmũ'ũn (Maxakali) de Minas Gerais investem em relações de alteridade com os diversos seres (não apenas humanos) que habitam o mundo, especialmente por meio dos *(en)cantos*. Neste contexto, apesar das profundas violências produzidas pelos distintos processos coloniais, há um esforço tikmũ'ũn no sentido de tentativa de "encantamento e amansamento" dos *ãyuhuk* (não indígenas). Um investimento na relação com outros, na produção de "bons encontros", que no limite busca a "multiplicação de mundos". Passando pelo conceito de Ocidentalismo, as autoras também problematizam as consequências nefastas de generalizações que colocam os povos indígenas como "salvadores do mundo": como salvadores de toda a humanidade do caos criado por uma minoria. Sendo assim,

o ponto central aqui não é produzir uma outra universalização a partir das práticas tikmũ'ũn, mas considerar como essa produção de encontros "demonstram como o mundo é povoado de humanidades, ainda que em paisagens devastadas", e, consequentemente, como existem diversos caminhos possíveis de anti-aniquilamento.

Lucas da Costa Maciel e Fernanda Borges Henrique nos trazem "histórias de descolonização" no artigo intitulado "Terras que renascem: histórias esperançadas apesar do Antropoceno", elaborado a partir de suas colaborações com os Kiriri do Acré, no sudeste do Brasil, e com os Mapuche, no sul do Chile. Enquanto os Kiriri do Acré estabelecem canais de comunicação com os *encantados/mestres*, por meio da *ciência* e do *toré*, pelas quais são tecidos acordos e trocas, os Mapuche tecem alianças com os *gen* (donos-cuidadores presentes na paisagem), numa espécie de parentesco que vai além do humano. Essas relações estabelecidas com esses seres mais-que-humanos, destacam os autores, permitem que o mundo se renove: permitem que a terra verde onde habitam os Kiriri do Acré renasça, e que os *gen*, deslocados por conta das pressões de empreendimentos como os monocultivos florestais que assolam a Patagônia, retornem a seus lugares. Outra vez não se trata de uma busca por saídas únicas ou universais: interessa aqui uma escala que "não é simplesmente geográfica, mas relacional, agentiva e temporal". Para os autores, narrar essas histórias nos permite "fincar os pés" em "escalas possíveis", não só porque as generalizações contidas na ideia de Antropoceno podem ser um tanto quanto limitantes, mas também para que possamos imaginar futuros baseados numa esperança estratégica.

O artigo "O tatu, o buraco, a planta e a terra: perspectivas entrópicas e da vida numa ilha de Vera Cruz", de Marília da Silva Lima, parte do *buraco sem fundo*, da fenda produzida no solo de uma ilha no Nordeste do Brasil como consequência da exploração de uma jazida de sal-gema. A autora apresenta o longo contexto pelo qual uma empresa mineradora, sediada nos Estados Unidos, estabeleceu-se com suas "plantas" na região, e as formas pelas quais se estabelecem vínculos de pertença entre habitantes ilhéus (humanos) e a *terra*. Aproximando-se das plantas de produção química, a autora explora questões ligados ao conceito de "escalabilidade", de Anna Tsing, e à ideia de "desenvolvimento entrópico", de Mauro Almeida, para pensar a expansão do capitalismo, incluindo as dimensões racializadas deste processo bem como as diferentes formas de controle sobre não humanos. Os vínculos de parentesco, incluindo aí não apenas os *filhos da terra*, mas também seus antepassados que já *descansaram* (os chamados *raízes da terra*), atravessam e são atravessados pelas relações que se estabelecem com a ilha e com a maré. Relações que, como mostra Lima, são cruzadas e cortadas por projetos de escalabilidade e desenvolvimento entrópico como aquele da mineração de sal-gema.

Aqui corpo-território ressurge num outro posicionamento: como analogia entre terra perfurada e corpo (humano). Porém, o "desenvolvimento entrópico nunca é um processo completo, homogêneo, ou previsível", afirma a autora. Daí que, apesar do *buraco sem fundo* e de que a *terra era mais forte no passado*, vetores escaláveis e não escaláveis seguem constituindo a ilha.

O Dossiê conta também com uma resenha do livro "Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno", da antropóloga Anna Tsing (2019). Primeira obra da autora traduzida para o português, esta coletânea trata do conceito de ruína em suas associações com o Antropoceno, provocativamente resenhada por Pedro Castelo Branco Silveira e Lucas Coelho Pereira. Os autores destacam à perspectiva crítica de Tsing quanto à generalização sobre o humano contida no termo Antropoceno, bem como a ambivalência central que atravessa o termo, já que a "destruição [que] se propaga pelo mundo ocorre de forma diferenciada", de forma que há um "antropoceno fragmentado". Os autores apresentam ainda ligações entre as reflexões de Tsing e de pensadores negros e indígenas no Brasil, dentro e fora de espaços acadêmicos.

Por fim, o Dossiê conta com o ensaio "Pedras, ruínas, entulhos ou apenas o chão que piso?" do carioca Renan Aguena. O artista visual apresenta imagens de uma série de pedaços, que em si carregam os subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, para pensar questões como materiais, gentrificação e ausência de espaços de arte pelos bairros onde reside, trabalha e transita. O convite para que Aguena encerrasse este Dossiê surge pelos cruzamentos de suas obras entrecortadas com as nossas inquietações: quem produz essas ruínas? Quem habita essas ruínas? De que forma as habitam e o que fazem com elas? Vale ainda destacar que a obra "Sobreviver nas Ruínas" (2020), a qual ilustra a capa do Dossiê, bem como a diagramação da capa como um todo, são também de autoria de Aguena.

Referências

ALMEIDA, Mauro W. B. 2021. Anarquismo ontológico e verdade no Antropoceno. *Ilha Revista de Antropologia*, 23(1):10-29.

BISPO, Antônio. 2019. *Colonização, Quilombos: Modos e significações*. Brasília: Ayô.

CARDOSO, Thiago M.; LOSEKANN, Cristiana; BUTI, Rafael; SILVEIRA, Pedro C. B.; SEEGER, N.; LOPES, Daniel K. 2021. Vidas precárias em águas turvas: antropologia colaborativa nas ruínas do Antropoceno. *Ilha Revista de Antropologia*, 23(1): 97– 126.

CHAKRABARTY, Dipesh. 2009. The climate of history: Four theses. *Critical Inquiry*, 35: 197-222.

CRUTZEN, Paul. J; STOERMER, Eugene, F. 2000. The Anthropocene. *Global Change Newsletter*, 41: 17.

DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2014. *Há mundo por vir? Ensaios sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie.

DANOWSKI, Deborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael. 2022. *Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra.* Rio de Janeiro: Editora Machado.

DAVIS, Janae; MOULTON, Alex A.; SANT, Levi V.; WILLIAMS, Brian. 2019. Anthropocene, Capitalocene, ... Plantationocene?: A Manifesto for Ecological Justice in an Age of Global Crises. *Geography Compass*, 13: 1-15.

FERDINAND, Malcom. 2022. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora.

GILL, Bikrum. 2021. Beyond the premise of conquest: Indigenous and Black earth-worlds in the Anthropocene debates. *Globalizations*, 18(6): 912-928.

GLOWCZEWSKI, Barbara; LAURENS, Cristophe. 2015. O conflito das existências submetido à prova do clima. Ou o Antropoceno revisto por aqueles que são sumariamente descartados ou colocados no museu. *Espiral*, 1:38-47.

HARAWAY, Donna. 2016. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica*, 3(5): 139-146.

HARAWAY, Donna; NOBURU, Ishikawa; GILBERT, Scott F.; OLWIG, Kenneth; TSING, Anna L.; BUSBANDT, Nils. 2016. Anthropologists are talking–about the Anthropocene. *Ethnos*, 81(3): 535-564.

HOELLE, Jeffrey; KAWA, Nicholas C. 2021. Placing the Anthropos in Anthropocene. *Annals of the American Association of Geographers*, 111(3): 655-662.

KARERA, Axelle. 2019. Blackness and the pitfalls of Anthropocene ethics. *Critical Philosophy of Race*, 7(1): 32-56.

LATOUR, Bruno. 2014. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, 57(1): 11-31.

LATOUR, Bruno; STENGERS, Isabelle; TSING, Anna; BUBANDT, Nils. 2018. Anthropologists are talking–about capitalism, ecology, and apocalypse. *Ethnos*, 83(3): 587-606.

LATOUR, Bruno. 2020. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo: Ubu Editora.

MARRAS, Stelio; TADDEI, Renzo. 2022. *O Antropoceno: sobre modos de compor mundos*. São Paulo: Fino Traço Editora.

MIRZOEFF, Nicholas. Não é o Antropoceno, é a cena da supremacia branca ou a linha divisória geológica da cor. *Buala*, 2017. Disponível em: https://www.buala.org/pt/a-ler/nao-e-o-antropoceno-e-a-cena-da-supremacia-brancaou-a-linha-divisoria-geologica-da-cor. Acesso em 2, setembro 2019.

MOORE, Jason W. 2019. Capitalocene & planetary justice. *Études digitales*, 9: 53-65.

NARAHARA, Karine L. 2020. Os "desastres ambientais" e a máquina de morte do Ocidente: Diálogos entre Ailton Krenak e Marimba Ani. *Revista Coletiva*, 27.

NEW INTERNATIONALIST. 2015. *Darkening the White Heart of the Climate Movement*. Disponível em: <https://newint.org/blog/guests/2015/12/01/darkening-the-white-heart-of-the-climate-movement>. Acesso em: 22, fevereiro 2023.

OXFAM. 2020. *Combatir la desigualdad de las emisiones de carbono. Porqué la justicia climática debe estar en el centro de la recuperación tras la pandemia de COVID-19*. Oxford: Oxfam.

PALSSON, Gísli; SZERSZYNSKI; Bronislaw; SÖRLIN, Sverker. 2013. Reconceptualizing the 'Anthropos' in the Anthropocene: integrating the social sciences and humanities in global environmental change research. *Environmental Science & Policy*, 28: 3-13.

POVINELLI, Elizabeth A. 2016. *Geontologies: a requiem to late liberalism*. Durham: Duke University Press.

STEFFEN, Will; GRINEVALD, Jacques; CRUTZEN, Paul; MCNEILL, John. 2011. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*, 369 (1938): 842-867.

SWANSON, Heather Anne; BUBANDT, Nils; TSING, Anna. 2015. Less than one but more than many: Anthropocene as science fiction and scholarship-in-the-making. *Environment and Society*, 6(1): 149-166.

THE NEW YORK TIMES. 2022. *Dissent and protest are allowed inside the COP27 venue. The same isn't so true beyond its walls*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/live/2022/11/11/climate/cop27-climate-summit/dissent-and-protest-are-allowed-inside-the-cop27-venue-the-same-isnt-so-true-beyond-its-walls?smid=url-share>. Acesso em: 22, fevereiro 2023.

TODD, Zoe. 2015. Indigenizing the Anthropocene. In: H. DAVIS; E. TURPIN (org.). *Art in the Anthropocene: Encounters Among Aesthetics, Politics, Environments and Epistemologies*. Open Humanities Press, pp. 241-254.

TSING, Anna L. 2015. *The mushroom at the end of the world*: *on the possibility of Life in capitalist ruins*. Princeton: Princeton University Press.

TSING, Anna L. 2016. Earth stalked by man. *The Cambridge Journal of Anthropology*, 34(1): 2-16.

TSING, Anna L.; SWANSON, Heather A.; GAN, Elaine; BUBANDT, Nils (org.). 2017. *Arts of living on a damaged planet*: *ghosts and monsters of the Anthropocene*. Minneapolis: U of Minnesota Press.

TSING, Anna. 2019. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Brasília: Editora Mil Folhas.

VERGÈS, Françoise. 2017. Racial Capitalocene. In: JOHNSON, Gaye T.; LUBIN, Alex (org.). *Futures of Black Radicalism*. London: Verso.

WHYTE, Kyle P. 2018. Indigenous science (fiction) for the Anthropocene: Ancestral dystopias and fantasies of climate change crises. *Environment and Planning E: Nature and Space*, 0: 1-18.